

Exército de Reserva e Superexploração sobre as mulheres numa economia dependente:

O município de Ilhéus na crise da lavoura cacaujeira

Elisabeth Zorgetz Loureiro¹ (UESC)

Maurício Batista Galvão² (Instituto Biofábrica de Cacau)

Introdução

A cidade de Ilhéus ainda guarda traços da sociedade agrária e coronelista, essencialmente patrimonialista. Mesmo com a derrocada do cacau na década de 1980, que prejudicou a ascensão de enriquecimento da cidade e, conseqüentemente, alargou os índices de pobreza, esses traços mantiveram-se na cultura local. As unidades familiares de produção, que buscaram a sobrevivência e superação sobre a crise, tampouco puderam se desvencilhar da condição de dependência e exploração, seja no campo ou na cidade

É objetivo deste trabalho analisar a formação do exército industrial de reserva entre as mulheres no município de Ilhéus a partir da década de 1950, observando as dessemelhanças de gênero nesta investigação. Para tanto, será preciso tomar a experiência de trabalho, emprego e desemprego na cidade de Ilhéus para analisar as distinções entre o exército ativo e de reserva entre homens e mulheres e observar a conformação da divisão de trabalho em gênero, e o fenômeno da superexploração conjugado entre trabalho doméstico e trabalho ativo. Correlatamente, analisar as informações sobre o trabalho e gênero na contemporaneidade também será contundente para constituir a trajetória histórica da sociedade ilheense.

As informações quantitativas sobre participação no trabalho foram obtidas no Programa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), através do repositório SIDRA³ e do Sistema Nacional de informação de gênero em Ilhéus. Esses dados serão utilizados em cruzamento com fontes bibliográficas, memórias e registros prospectados no periódico Diário da Tarde a partir do ano de 1958, que possam revelar o rastro do desenvolvimento e presença da mulher no universo do trabalho da cidade. Outra fonte histórica de significativo valor para este trabalho são os Termos de Reclamação

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

² Bacharel em Engenharia Florestal (UESB) e Diretor Técnico do Instituto Biofábrica de Cacau.

³ Sistema IBGE de Recuperação Automática. Acervo de Unidade Territorial: 2913606. Ilhéus. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2913606#/S/CD/A/Q> Acesso em: 07/10/2016.

da Junta de Conciliação e Julgamento do Arquivo João Mangabeira, que fazem parte do acervo do CEDOC, na Universidade Estadual de Santa Cruz, referentes às décadas de 1960 à 1980. Este acervo jurídico é muito relevante para a visibilidade histórica das relações de trabalho das mulheres residentes em Ilhéus num período de escasso registro oficial sobre informações de gênero, renda e mercado-de-trabalho. O período destacado para a mensuração quantitativa (2000 à 2010), portanto, não torna este trabalho uma investigação estrita sobre a história do tempo presente, pois será indispensável recuar mais ao passado e revolver o espesso assoalho de fontes eloquentes sobre uma estrutura patriarcal e deveras silenciosas sobre a vida das mulheres.

Este trabalho busca auxiliar os necessários aprofundamentos do debate entre gênero, trabalho e as desigualdades historicamente traçadas, tal como a crítica da feminilidade e seu funcionalismo na sociedade de classes.

Gênero, trabalho e a formação do EIR

Como categoria fundamental de análise nesta investigação, a terminologia gênero não é escolhida ao acaso ou para mistificar seu verdadeiro conteúdo. Embora seja objetivo do trabalho elucidar o processo de subvalorização da força de trabalho das mulheres e subalternidade na dinâmica capitalista, sua compreensão só pode se dar com a frequente confrontação de informações e parâmetros sobre homens e mulheres no espaço e período delimitados. Dessa forma, a definição apontada por Scott (2012), segundo a qual gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, servirá muito bem ao que se pretende no estudo, que é perceber as relações sociais, especificamente em termos de trabalho, entre os sexos. A partir da reflexão historiográfica proposta por Scott, teremos uma variedade de autoras e historiadoras que farão sua indiscutível contribuição ao olhar sobre o passado com o rompimento do paradigma do sujeito universal, para o qual homens e mulheres poderiam ter uma história comum ou ainda, que mulheres não participavam da história tradicional, pública e política (SOIHET, 1997). A vanguarda revolucionária destas autoras permitiu que hoje fosse possível repensar os sujeitos históricos, as dimensões pública e privada em constante troca e intersecção, e com valor indispensável para este trabalho, a premissa que as relações de trabalho e formação do exército de reserva no município de Ilhéus – como em tantos outros espaços produtivos pelo Brasil e pelo mundo – não se dá de forma homogênea entre homens e mulheres, mas com desigualdades e ciclos peculiares que apenas a abordagem crítica da acumulação e reprodução capitalista, assegurada pela superestrutura do patriarcado podem tentar explicar.

O grande mérito do marxismo é o seu teor de denúncia sobre a subjugação das mulheres no século XIX. Marx e Engels continuaram a tradição de Saint-Simon e Fourier, que exigiam a igualdade sexual e a subversão da família burguesa, indo além dos utopistas que se limitavam a uma descrição

de inferioridade das mulheres e pediam a igualdade em nome da justiça. O marxismo começou a partir de um pressuposto fundamental: que a opressão das mulheres não é uma característica permanente na história, mas o resultado de uma determinada formação social e que relações entre os sexos não são naturais, mas uma construção social.

Quando se dá a incorporação da mulher e das crianças ao trabalho, na efervescência industrial na Europa Ocidental no início do século XIX, teremos que toda família passa a fornecer ao capital uma massa de mais-trabalho maior do que antes, o que influi também na elevação da taxa de exploração seja porque se obtém uma mesma massa de trabalho por salários menores seja porque aumenta a quantia de trabalho disponível. Na obra “As condições da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels observou:

este relatório atesta a introdução gradual, mas segura do sistema de fábrica em todos os ramos da indústria, reconhecíveis especialmente pelo emprego de mulheres e crianças. (...) em todas as direções máquinas estão sendo introduzidas e o último vestígio de independência do funcionamento homem, portanto, destruído. Em todas as direções a família está sendo jogada no trabalho e os fazendo dependente dele para o pão (1845, p. 123).

Existe a tendência de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, aumente a massa de capital constante com relação a massa de capital variável, levando a formação de um Exército Industrial de Reserva (EIR) como impacto da própria acumulação capitalista. Essa população excedente é o produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. Ou seja, ao reproduzir essa sistema e permitir que haja ampliação da riqueza, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a esse mesmo modo de produção.

O impacto imediato desse movimento da acumulação capitalista é a formação de um EIR que traz consigo a possibilidade crescente de exploração capitalista dos assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho numa mesma jornada, ou seja ainda em termos de arrocho salarial. Compreender onde se situam as mulheres nesta teia de relações é fundamental para toda a classe trabalhadora perceber as cadeias de dominação capitalista.

Se percebe que as mulheres ganharam direitos formais sem precedentes sob o capitalismo, mas isto se deu principalmente pela luta das mulheres trabalhadoras, e não por um desdobramento automático das leis no movimento de capital. É por isso que os direitos das mulheres, tais como direitos reprodutivos, nunca são realmente concedidos de forma definitiva. Assim, na ausência da luta formal pela equidade, algumas garantias são muitas vezes subtraídas, inclusive no mundo do trabalho.

Através de uma das contradições que sustentam o capitalismo, a expulsão de mulheres da estrutura ocupacional alivia as tensões geradas pelo excesso de mão-de-obra no mercado de trabalho, mantendo economicamente inativos imensos contingentes femininos que, a qualquer instante, a sociedade pode mobilizar (SAFFIOTI, 1976).

Interpretar como se formam estas relações na dinâmica do capitalismo dependente latino-americano é uma necessidade premente para o enfrentamento das desigualdades de gênero na integração ao mercado de trabalho, além de contribuir à compreensão dos efeitos da superexploração do trabalho, seja ativo ou doméstico, nas crises do sistema vigente. O EIR constituirá o material humano explorável, sempre pronto, para as variáveis necessidades do capital. Nos países que compõem a periferia da economia-mundo, segundo a Teoria da Dependência Marxista, as relação entre o EIR e a superexploração é ainda mais estreita, porque a última se coloca como a possibilidade de acúmulo de capital por parte das burguesias nacionais.

Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. (CARCANHOLO; AMARAL, 2008, p. 16)

Compreender, portanto, como se organiza a composição do EIR e suas relações com as dinâmicas e emprego e desemprego na sociedade é fundamental para a percepção do fenômeno da superexploração que nem sempre se apresenta de forma explícita no mundo do trabalho. A existência do EIR, exigência da própria estrutura capitalista, pressiona o exército ativo, ou seja, a massa de trabalhadoras e trabalhadores às precarizações e violações. Portanto, a superexploração também é fundamental na composição desta análise porque condiciona a experiência do trabalho sobre gênero com pesos sociais e de desgaste marcadamente distintos⁴, além de constituir prerrogativa do capitalismo dependente.

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente,

⁴ O desgaste da força de trabalho também carece de análise na modalidade da reprodução doméstica. Grandes contingentes de mulheres em populações que vivem no capitalismo dependente se ocupam na informalidade, duplas e triplas jornadas integradas ao trabalho doméstico integral, efeito da permanência do patriarcado e acentuado conservadorismo nestas sociedades.

Esta investigação será amparada pelos indicadores elencados nas definições e adaptações de Granato Neto (2013) para caracterizar o Exército Industrial de Reserva no mercado de trabalho brasileiro. Na sua proposta de adaptação, as categorias da PNAD são transcritas em categorias que facilitarão a compreensão da dinâmica das relações de trabalho sob uma perspectiva dialética. Essa adaptação é imprescindível porque a metodologia censitária do PNAD não é a mesma metodologia com a qual o EIR é mensurado, embora seja possível, com algum esforço e algumas limitações analíticas, estabelecer as relações necessárias para a estimativa das categorias que o compõe. Sendo assim, os empregadores são os capitalistas e os empregados, trabalhadores assalariados. O EIR flutuante, por sua vez, será composto pela massa de indivíduos desocupados; o EIR estagnado será a soma dos trabalhadores por conta-própria e não remunerados; e o EIR latente trabalhadores domésticos, trabalhadores na produção para próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e a população não-economicamente ativa (PNEA). A pesquisa será auxiliada pelo Sistema Nacional de Informações de Gênero do IBGE por município, que colabora com o cálculo do Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG). Os principais indicadores elencados para o apoio ao estudo histórico quantitativo são: a) Distribuição percentual da população ocupada por nível de atividade; b) Distribuição percentual da população ocupada por posição na ocupação; c) População economicamente ativa; d) População ocupada em trabalhos formais; e) População em Idade Ativa f) População não-economicamente ativa.

O rastro histórico da superexploração em Ilhéus

No princípio da busca de rastros sobre a história das mulheres no mundo do trabalho, nem mesmo os documentos construídos pelos movimentos sociais ou estruturas de luta política, como os sindicatos, são eloquentes. Ao contrário, o silêncio sobre as mulheres ocupa o espaço no passado destas organizações. Silêncio esse que terá muito a dizer sobre a poderosa força que o patriarcado exercia sobre os trabalhadores.

A participação marginal das mulheres nos movimentos de classe, deve portanto ser explicada não em termos de uma 'falta de consciência', mas em função desses movimentos serem iniciados e liderados pelos sindicatos. Nesse ponto, cumpre ressaltar que embora teoricamente, as organizações sindicais estivessem abertas para homens e mulheres, na prática, ou melhor, na medida do que foi possível verificar, as mulheres não participavam da vida sindical. Na verdade, tal qual ocorria no início do século quando muitos sindicatos não aceitavam mulheres. (SARDENBERG, 1997, p. 17)

Essa exclusão não se alinhava ao contingente do mundo do trabalho na efervescência da industrialização brasileira. Na Salvador de 1920, apesar das peculiaridades na inclusão produtiva, no Censo Industrial as mulheres eram 65,7% e os homens eram 34,3% do total, ao passo que no Censo Populacional as mulheres tinham sua participação reduzida para 41% e os homens passavam a ser 59% (CASTELLUCCI, 2001). Não somente o rebaixamento salarial na integração da força de trabalho das mulheres, mas também o alijamento das estruturas organizadas em defesa dos trabalhadores definiam as condições de gênero nas relações de trabalho do século XX. Na verdade, a falta de representatividade nestes espaços também pode estar intimamente relacionada às limitações da valorização do trabalho das mulheres e sua superexploração na cadeia produtiva.

Na compreensão de gênero enquanto uma categoria relacional e admitindo sua relevância para o projeto econômico capitalista, surpreende como a investigação histórica, no acesso às fontes, silencie pesadamente a participação de mulheres no mercado de trabalho regional. Até mesmo os traços da informalidade são escassos. A partir de então, começa a ficar mais nítida a poderosa força do patriarcado ilheense conjugado à precarização e subalternização das mulheres nas relações de trabalho locais. Sua condição de produtora e consumidora é severamente obliterada, o que destoa dos números nacionais.

Especialmente, em 1940 cerca de 19 % das mulheres com 10 anos e mais eram economicamente ativas, enquanto em 1970 esta proporção se eleva para 33,6 %. Seus dados mostram como este aumento foi mais intenso entre 1960 e 70, quando a taxa de ocupação feminina teria saltado de 16.5 % para 33,6 % (GUIMARÃES, 2008, p. 7)

A partir dos anos 80 o fenômeno mundial da flexibilização já em curso se combina à crise da lavoura cacaueira para deslocar a população da indústria para o setor terciário, de comércio e serviços, seguindo a tendência também na década seguinte. Para o último censo, no ano de 2016, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ilhéus conta com uma população de 178.210 habitantes. Em 2010, ano que é utilizado como referência final da análise proposta neste trabalho, Ilhéus possuía 184.236 habitantes. Na decomposição por gênero, a população era majoritariamente do sexo feminino, ou seja, em números absolutos eram 94.796 habitantes do gênero feminino e 89.440 do sexo masculino. Entre os anos de 2004 e 2014, os maiores contingentes de emprego formal pertenciam aos seguintes setores de atividade econômica: serviços (12.621), comércio (6.628), indústria de transformação (3.719) e administração pública (6.789). Apesar de nos anos referenciados a população que vivia abaixo da linha de extrema pobreza ter

sofrido um decréscimo importante, o índice de Gini, que mede a desigualdade na distribuição de renda, não sofreu grandes impactos, ainda que reduzido.

Uma crítica que recorrentemente se abate sobre a obra marxista é de economicizar as relações sociais. Na verdade, com a observação necessária, é simples perceber como Marx, através das relações sociais, exuma a dinâmica econômica que se encontra sob o controle social do capital. Da mesma forma, mensurar o EIR em Ilhéus a partir das estatísticas disponíveis, de pouco espectro temporal, é apenas um fragmento do que esta análise busca oferecer à historiografia. O conceito de experiência histórica proposto por Thompson (2001) se divide entre a experiência vivida e a experiência percebida, cujo conteúdo se dá através das vivências apreendidas por homens e mulheres concretas. Embora as categorias que envolvem a formação do EIR pareçam duras e frias partículas da estrutura econômica material, quando uma intervenção histórica se abate sobre seu engendramento, a contribuição de Thompson se prova mais que aproveitável, de inegável valor na análise. Refletem o processo de formação de identidades, sejam elas de classe ou, como neste caso em acréscimo, de gênero. A profunda cisão entre o mundo de trabalho das mulheres e dos homens na sociedade ilheense demarcam claramente suas faces enquanto identidades, com nuances mais ou menos acentuadas a partir do grupo do exército ativo ou exército de reserva que estejam alocadas historicamente. A tentativa de compreender os movimentos e sujeições dessas mulheres trabalhadoras enquanto coletividade só será possível recorrendo ao passado no que ele nos oferece como vestígio de suas trajetórias, o que dificilmente será rapidamente identificado no formato coletivo. A partir dos anos 50, é recorrente a presença das chamadas públicas dos sindicatos, nomeação das suas direções ou outras notícias sobre o mundo do trabalho masculino. As mulheres, no entanto, se encontram nos rodapés dessa história.

A sociedade cacauieira do litoral sul baiano e sua estrutura agrária preservou durante mais tempo as rígidas superestruturas do patriarcado, clientelismo e relações de exploração. A escravidão, ferrenhamente negada pela elite proprietária gestada na região, teve papel fundamental nas relações de servidão e abusos da força de trabalho que se sucederam. O conservadorismo e a estratificação da sociedade pareciam prevalecer sobre o vultoso montante de capital e mais-valia apropriados nessas terras. Alguns trabalhos científicos, mas sobretudo a literatura regional capitaneada por Jorge Amado, tiveram importante papel de exposição desta perspectiva que ficava à sombra da história oficial.

Nos romances de Jorge Amado, Silveira e os demais fazendeiros de cacau aparecem como autênticos senhores feudais, bem longe de serem modernos capitalistas. Eles se preocupavam mais com honra do que com lucro. Aliás, prestavam mais atenção às traições das esposas do que aos embustes dos exportadores. As terras que possuíam eram fruto de roubos e fraudes e não hesitavam em mobilizar seus jagunços contra seus inimigos. Eles tratavam os

trabalhadores como escravos e, como nos tempos da escravidão, acreditavam que tinham direitos a favores sexuais de qualquer mulher ou menina que vivesse em suas terras. (MAHONY, 2007, p. 35)

A historiadora e pesquisadora Mary Ann Mahony expõe a leitura de Jorge Amado sobre o ciclo do cacau na região que contrariava o mito meritocrático que a elite se esforçava em perpetuar, marcando acentuadamente o antagonismo entre os trabalhadores rurais, organizações de trabalhadores e os proprietários. Para as mulheres e meninas que trabalhavam na lavoura, as violências e a desumanização não se resumiam ao romance amadiano, como se demonstra nos reclames trabalhistas sobre o setor rural à época. No Termo de Reclamação de V. Calixto da Silva, de 1982, declarada solteira e trabalhadora rural, é descrita a trajetória de uma vida de dispêndio de força de trabalho não apenas subvalorizado, mas colocado como um apêndice da força de trabalho masculina na figura do pai e do marido da reclamante. Contratada em 1950, V. recebia remuneração inferior ao salário mínimo regional englobado à folha do pai e posteriormente, do marido, recebendo, ambos, apenas 40% do salário mínimo.

(...) A Reclamante trabalhava em diversos serviços da Fazenda, tais como: desgalha e desbrotas de cacaueiros, colha, quebra e coroamento, limpeza e abertura de valetas;

(...) Trabalhava dias santos e feriados, sem perceber a dobra legal, como também trabalhava nos períodos de gravidez até o dia do parto e só voltava ao trabalho depois de três meses, cujo período de afastamento não era remunerado; (Junta de Conciliação – Termo de Reclamação, processo 802/82, Ilhéus. CEDOC/UESC – Arquivo Judiciário João Mangabeira)

Já na década de 80 o empregador suspendeu os serviços de V. e seus três filhos, dois adolescentes, de 15 e 11 anos, que também trabalhavam na lavoura em Rio do Braço. Além disso, alegava nunca ter recebido 13º salário, férias ou as horas extras trabalhadas. Nesta situação, o ato de recorrer à justiça para a realização dos seus direitos legais se transforma na verdadeira afirmação do emprego de sua força de trabalho, sua existência na lavoura cacaueira e na oportunidade histórica de se verificar a superexploração a que as mulheres estavam condicionadas. A pobreza absoluta que estava relacionada ao trabalho do assalariado rural da época, ao lado da baixa remuneração, também era explicada pela forma como os contratos eram realizados, verbais e por tempo indeterminado. As mulheres dificilmente eram amparadas pelos sindicatos, que não eram encarados como órgãos de luta, mas como uma entidade que protege, paternalisticamente, o trabalhador (BAIARDI, 1984).

A subalternidade condicionada a todas as mulheres está associada à divisão de trabalho estruturada na sociedade (ANDRADE, 2011). Em 1960, a região Nordeste apresentava 9,0 % de mão-de-obra feminina do total da mão-de-obra em atividades primárias, 36,5% das pessoas ocupadas em

atividades secundárias e 35,0 % em atividades terciárias⁵. Ilhéus seguia o mesmo perfil, com seus baixos índices de industrialização, embora a urbanização e concentração do comércio se desenvolvessem. Os classificados do Diário da Tarde desta década ainda convidarão para os postos de trabalho apenas rapazes e as direções sindicais não apontarão mulheres em seus quadros. Rago (2006) já descrevia, sobre o início do século XX, as barreiras enfrentadas pelas mulheres sobre a inserção no mundo do trabalho, que abarcam variação salarial, intimidação física, desqualificação intelectual e assédio sexual. Os obstáculos não existiam apenas no campo do trabalho, mas iniciavam no próprio ambiente doméstico. Objetivamente, embora a legislação trabalhista tenha evoluído sobre as especificidades da mulher trabalhadora, da mesma forma que as violências perduraram em Ilhéus no recorte delimitado, são vivenciadas ainda hoje em todas as ocupações de trabalho da malha capitalista. Porém, outras fontes revelam a presença das mulheres nas dinâmicas regionais de trabalho com muito mais expressão que a imprensa local.

O CEDOC – Centro de Documentação e Memória Regional, sediado na Universidade Estadual de Santa Cruz, assumiu a guarda de 15 mil processos trabalhistas findos, oriundos da Junta de Conciliação e Julgamento de Ilhéus (5ª região), que abrangem as décadas de 1960 a 1990. Este acervo foi intitulado Arquivo Judiciário João Mangabeira. Nestas fontes, finalmente se percebe a atuação das mulheres com ampla movimentação no mundo do trabalho regional, como se uma lente social fosse aplicada microscópicos registros nos periódicos e livros de memórias. Esse desvelar sobre as mulheres em suas relações de trabalho é ainda mais expressivo em relação a outras fontes documentais, pois oferece informações de ambos os sujeitos envolvidos no certame, tal como a relação da trabalhadora com o mercado de trabalho de sua época e a respectiva legislação que o amparava.

Também foi possível perceber como se debruçar sobre uma população de mulheres trabalhadoras não indica, imediatamente, que integrem o exército ativo na sociedade, mas que possam pertencer a diversas categorias do exército industrial em momentos distintos, podendo pertencer ao exército de reserva a maior parte de suas vidas.

Existe um conflito entre o capitalismo, que se vale da superestrutura patriarcal, e o patriarcado na esfera privada. Na ausência de um movimento feminista de trabalhadoras, por exemplo, em determinadas regiões de países dependentes, as mulheres que estão empregadas efetivamente permanecem sob o controle patriarcal da família e não alcançam nenhuma liberdade adicional. A oposição do patriarcado ao emprego das mulheres é expressa pelas restrições ao período de trabalho

⁵ Ver Saffiotti, p. 242, 1976.

das mulheres casadas e a oposição dos sindicatos ao emprego de mulheres⁶. O patriarcado moderno expressa um compromisso entre essas duas forças, o patriarcado privado e o capitalismo, permitindo que as mulheres ocupem um emprego remunerado, mas segregando-as e discriminando-as assim que chegam lá. Em 1970, S. Maria Alves dos Santos, declarada solteira, em reclamação contra seu empregador, alega que o mesmo “anotou em sua carteira profissional erradamente o nome da firma e a data de entrada; que não recebeu aviso prévio; indenização de antiguidade; 13º mês; que trabalhava das 9 às 12 horas e percebia um salário mensal de Cr\$50,00”⁷. No ano seguinte, R. Soares dos Santos, declarada casada, 35 anos de idade, reclama contra a CELBA (Companhia Eletricas Bahia LTDA) por ser despedida sem justa causa, trabalhar 45 horas semanais sem nunca receber férias e 13º salário, sem ter sua carteira de trabalho anotada e salário retido de fevereiro à setembro⁸. Recebia setenta e cinco cruzeiros mensais, valor muito abaixo do salário mínimo nacional, à época Cr\$ 225,60. Ambas as mulheres não permaneceram mais que 2 anos nestes empregos, um padrão encontrado em diversos processos movidos por trabalhadoras da Junta de Conciliação, em sua maioria sobre o setor de serviços e comércio. Embora seja impossível inferir quanto tempo estas mulheres permaneceram desempregadas, essa movimentação é característica da camada flutuante do exército de reserva, porque durante os anos em que as mulheres mantinham sua força de trabalho ativa, o seu emprego seria ciclicamente mais volátil que o dos homens. A participação na camada flutuante, no entanto, também é parte do processo de erosão da reserva latente, em que as mulheres foram depositadas ao longo dos primeiros séculos capitalistas. O crescimento do setor terciário exerce forte magnetismo para o emprego da mão-de-obra feminina. Porém, a completa absorção destas mulheres pelo exército ativo nunca se concretiza através da movimentação da reserva flutuante, por conta da própria estrutura de segregação no emprego da força de trabalho. Essa hipótese é constatada em Ilhéus, mas também nacionalmente, quando se observa os dados do exército ativo a partir dos anos 90 até os dias atuais, em que a população de mulheres supera a de homens, mas não sua participação no exército ativo.

A categoria superexploração do trabalho também é verificada na apropriação de mais-valia absoluta, através da prolongamento das jornadas de trabalho e mais-valia relativa, com a intensificação do trabalho percebida no acúmulo de funções. A cozinheira A. Mira Carneiro da Silva,

⁶ De um modo geral, para as lideranças sindicais – ou mesmo para o conjunto dos trabalhadores - o emprego das mulheres nas fábricas era algo degradante para o sexo feminino e uma humilhação para os maridos, constituindo-se como uma ameaça aos empregos e salários masculinos. Isso explica porque os sindicatos da época hesitavam em abraçar a bandeira de salários iguais para homens e mulheres. Se, por um lado, tal bandeira tinha por base uma necessidade iminente, no sentido de preservar o emprego masculino, por outro, representava uma ameaça à hierarquia entre os sexos. Por certo, para as lideranças sindicais, era mais fácil assumir uma postura paternalista, apoiando legislação protecionista, como a proibição ao trabalho noturno para a mulher. Embora supostamente favorecendo a mulher, tal proibição criou obstáculos para o trabalho feminino (SARDENBERG, 2000)

⁷ CEDOC/UESC – Arquivo Judiciário João Mangabeira. Processo nº 252/70, Junta de Conciliação e Julgamento, 5ª Região, Ilhéus.

⁸ CEDOC/UESC – Arquivo Judiciário João Mangabeira. Processo nº 437/71, Junta de Conciliação e Julgamento, 5ª Região, Ilhéus.

solteira, em 1973, denunciava em reclame um hotel em que trabalhou, “tendo sido contratada para fazer o serviço da cozinha e ganhar Cr\$ 80,00 o que não ocorreu, nem quanto ao serviço pois fazia todo o serviço do hotel (lavagem de roupa, arrumação e cozinha), nem quanto ao salário”⁹. Combinada à extração combinada de mais-valia, também se realiza a expropriação de parte do valor-trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força dispendida (o trabalho é remunerado abaixo do seu valor). Juntos, são os três recursos peculiares da produção dependente na América Latina e mantém os capitalistas (empregadores/proprietários) através da constante violação do trabalho humano (MARINI, 2011). Para as mulheres trabalhadoras neste contexto, a superexploração alcança níveis diferenciados através da minoração dos salários em relação aos homens (já desvalorizados), tal como a reprodução doméstica com o trabalho não remunerado, em que se torna difícil mensurar precisamente ao longo das décadas¹⁰. Em 1975, a também cozinheira H. Moreira Silva, casada, declarava que “(...) trabalhava uma jornada exaustiva que se prolongava das 7 às 19:00 horas até o mês de junho do ano em curso e a partir de julho até o presente momento, das 8 às 19 horas, inclusive domingos e feriados, almoçando no próprio local de trabalho”, em que a extração da mais-valia absoluta não é imediatamente percebida, mas é subentendido no reclame a intensidade do trabalho a que estava submetida no restaurante reclamado¹¹. Também nunca recebeu o abono dos filhos garantido por lei, embora sempre apresentasse as respectivas certidões de nascimento. Não é impossível deduzir que H., esposa e mãe, além de sua jornada diária de trabalho extenuante cozinhando fora de casa, realizava na esfera doméstica sua dupla jornada, sua reprodução social. Quase uma década depois, a superexploração do trabalho das mulheres ingressantes no exército de reserva e expulsas provisoriamente do exército ativo, não será alterada verdadeiramente.

Dos 64 documentos da Junta de Conciliação e Julgamento da 5ª região em Ilhéus verificados sobre reclames de mulheres e homens trabalhadores por seus direitos empregatícios, se percebe que nenhuma mulher é contratada de acordo com as regras vigentes, nem possui completo acesso às garantias oferecidas pela legislação equivalente aos anos laborados. Foram submetidas a baixos salários, jornadas extensas de trabalho, existe uma resistência em assinar as carteiras de trabalho destas mulheres e não há indícios sobre a intervenção de sindicatos em defesa das mesmas. As

⁹ CEDOC/UESC – Arquivo Judiciário João Mangabeira. Junta de Conciliação e Julgamento, 5ª região, Ilhéus. Processo nº 630/73.

¹⁰ Os resultados dos dados da PNAD em 2011 mostram que, embora as mulheres, no Brasil, tivessem uma participação menor do que os homens em termos de horas semanais no mercado de trabalho (36,9 e 42,6 respectivamente), elas dedicavam, em média, 21,8 horas semanais às tarefas domésticas e de cuidado (reprodução social), representando mais do que o dobro de tempo da dedicação dos homens, com 10,3 horas semanais. Desse modo, acrescentando-se a média de horas semanais no mercado de trabalho, a jornada dupla das mulheres brasileiras chegava a 58,7 horas totais por semana, contra 52,9 dos homens. MARTINS, Clitia Helena Backx. Carta de Conjuntura. Edição: Ano 22 nº 04, 2013.

¹¹ CEDOC/UESC – Arquivo Judiciário João Mangabeira. Processo nº 838/75, Junta de Conciliação e Julgamento, 5ª Região, Ilhéus.

declaradas solteiras parecem estar submetidas a alta rotatividade nos empregos e descontinuidade das relações de trabalho, entre as admissões e demissões o intervalo geralmente é de 1-2 anos. A condição assalariada destas mulheres é muito volátil, embora sejam trabalhadoras. Em algum – ou vários – momentos da vitalidade de sua força de trabalho, elas constituíram camadas do exército de reserva em Ilhéus e foram sujeitas à superexploração, muito embora demonstrassem esforços de enfrentamento a estas condições ao recorrerem à proteção jurídica e legal. A relação de classe também se evidencia quando são percebidos reclames de trabalhadores rurais sobre mulheres proprietárias, que embora demonstrassem condições de trabalho menos precarizadas que a das mulheres do mesmo setor, também compunham situações de superexploração colocadas por capitalistas, homens ou mulheres, do sistema produtivo cacaueteiro.

Mensuração do EIR em Ilhéus entre 2000 e 2010

O século XX apresenta queda e constante oscilação da participação de mulheres na população economicamente ativa brasileira. Já em 1970, ainda em maior número que os homens, são apenas 13,0% da PEA, contra 36,0% de homens da mesma faixa etária (SAFFIOTTI, 1976). A mesma informação não existe sobre Ilhéus até o ano 1991¹², no mesmo período, embora as fontes detalhadas no capítulo anterior demonstrem as dificuldades da permanência e inserção de mulheres no mercado de trabalho. Na passagem do século, a lavoura cacaueteira experimentará uma profunda crise, com a contaminação dos pés de cacau pela praga da vassoura-de-bruxa. A migração rural toma níveis expressivos, formando o conjunto urbano com forte segregação socioespacial contemporâneo. Em 1991, os habitantes do campo caem para 47%, com a saída dos trabalhadores deste espaço. Esses contingentes em migração para a área urbana de Ilhéus se somam às camadas do exército de reserva disponível. Mas a baixa do capital cacaueteiro também forçou o desemprego de muitos trabalhadores urbanos, aumentando ainda mais essas fileiras. Somente a partir da metade dos anos 90, o setor de serviços toma à frente da agricultura e da indústria como condutor da economia local, crescendo expressivamente no município (SANTANA; REIS; NEVES, 2014). A expansão de setor terciário presume o alargamento da participação feminina na economia, uma vez que existe a tendência de predominarem este setor. Em 2000, as mulheres representavam 57% do campo de serviços, vendedores de comércio em lojas e mercados. Também apresentaram incremento da PEA, com 37,6%, embora a distância dos homens ainda fosse significativa, que contavam com 62,3% desta população. O contingente de famílias migrantes da lavoura para a cidade manifesta um acréscimo de uma das camadas mais baixas do EIR, o exército latente, juntamente com a oferta de força de trabalho feminina com baixa participação na produção. Muito embora em Ilhéus não tenha sido o

¹² Em 1991, as mulheres compunham 27,5% da PEA em Ilhéus e homens 72,4%. Em 2000, 37,6% contra 62,3% de homens. SIDRA, IBGE.

desenvolvimento da indústria agrícola, mas o colapso da lavoura o responsável pelo incremento da reserva latente, para o capitalismo o trabalhador assalariado rural é latentemente um trabalhador urbano (do exército ativo ou do EIR) em potencial (GRANATO NETO, 2013).

Conforme a descrição das categorias do EIR adaptadas das informações disponíveis no IBGE (PNAD de 2000 e 2010), foi possível mensurar a participação das mulheres na dinâmica do trabalho em Ilhéus num espectro quantitativo, mas fortemente relacionado à pesquisa histórica da três décadas anteriores que conferiam a estrutura contemporânea das relações de trabalho, de emprego e desemprego na cidade. Com base na metodologia caracterizada no tópico 2.3 deste trabalho, tem-se o seguinte quadro da PIA ilheense na faixa etária de 10 anos ou mais para 2000:

a) **Tabela 1: Divisão de Classes e Composição do EIR em Ilhéus**

CAMADAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CAPITALISTAS	1.286	447	1.733
EXÉRCITO ATIVO¹³	31.127	17.793	48.920
EIR TOTAL	56.977	77.993	134.970
EIR FLUTUANTE	10.304	10.769	21.073
EIR ESTAGNADO	14.949	6.111	20.605
EIR LATENTE	31.724	61.113	92.837
PIA TOTAL	88.037	89.634	177.671
POPULAÇÃO	110.445	111.683	222.127

(Fonte: DIEESE/PNAD 2000/Elaboração dos autores)

Das informações que se depreendem da Tabela 1, é interessante sublinhar a participação das mulheres enquanto empregadoras, localizadas enquanto capitalistas nesta análise, que compunham 25% do total da classe. Quanto ao exército ativo, composto por trabalhadores formais e informais (a informalidade pode causar certa ambiguidade quando relacionada às camadas do exército de reserva, por isso, nesta abordagem é mantido à concordância teórica sobre a qual trabalhadores informais são assalariados do capital), 36% dele são mulheres. Para o exército ativo brasileiro mensurado em 2001, apenas 27,7% do total era composto por mulheres, no que Ilhéus demonstra maior participação feminina assalariada. O mesmo se demonstra sobre a composição do exército industrial de reserva, que em Ilhéus as mulheres representavam 57% do total, enquanto na média brasileira elas eram

¹³ Trabalhadores formais e informais.

70,9%. Quando adentramos nas camadas detalhadas do EIR, outras informações são percebidas. Da camada flutuante, as mulheres tem uma baixa variação em relação aos homens, com 51% de participação. Nesta camada estão os trabalhadores que exercem pressão direta sobre o exército ativo, efetivando a concorrência do trabalho-mercadoria. Na camada estagnada, onde se encontram os profissionais liberais, conta-própria e não-remunerados, as mulheres são minoria significativa, com 29% contra 71% de homens. É comum que nesta camada os homens sejam maioria, porque é nela que a divisão sexual do trabalho aparece explícita, com o trabalho masculino voltado à produção mercantil ou no campo de serviços especializados/técnicos. A camada latente é a que mais aprisiona as mulheres no exército de reserva, e é composta majoritariamente pelo trabalho doméstico e de subsistência. Neste caso, Ilhéus supera a média nacional de 50,2%, com 65% de mulheres nesta camada. É pertinente relacionar a força do tradicionalismo e do patriarcado sobre essa dissonância, encontrada em estados e regiões onde o assalariamento da produção doméstica e o ingresso de mulheres no exército ativo não é tão intenso como em áreas de forte peso industrial e circulação comercial. Dez anos depois, o arranjo do EIR no município de Ilhéus sofrerá algumas alterações e também permanências, com o seguinte quadro da PIA na faixa etária de 10 anos ou mais para 2010:

b) Tabela 2 - Divisão de Classes e Composição do EIR em Ilhéus

CAMADAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CAPITALISTAS	698	391	1.089
EXÉRCITO ATIVO	19.701	11.108	30.809
EIR TOTAL	54.886	69.411	124.297
EIR FLUTUANTE	4.570	6.539	11.109
EIR ESTAGNADO	15.298	12.546	27.844
EIR LATENTE	35.018	50.326	85.344
PIA TOTAL	74.553	80.519	155.073
POPULAÇÃO	89.440	94.796	184.236

(Fonte: DIEESE/PNAD 2010/Elaboração dos autores)

Enquanto nos anos anteriores o PIB nacional apresentava um crescimento menor que 1% ao ano, entre 2003 e 2010 seu crescimento se eleva para 3,6 ao ano, e este aumento da acumulação de capital se segue do um aumento da demanda por força de trabalho, aumentando o exército ativo e diminuindo o EIR (GRANATO NETO, 2013). Em Ilhéus, este momento também é marcado pelo desenvolvimento dos serviços e do comércio, como substitutivos da depressão econômica que a

lavoura passou nos anos 80 e 90. No entanto, na leitura que considera a composição de gênero na dinâmica do emprego da força de trabalho, algumas contradições são notáveis. Apesar deste crescimento da empregabilidade, o exército ativo não registra crescimento entre homens ou mulheres, mantendo as mesmas percentagens de 2000. Por outro lado, o EIR irá se reconfigurar internamente em suas camadas. Cai em 2% a participação de mulheres no EIR total da cidade, representando 55% de participação, enquanto a média nacional é 64,8%. Também cresce em 2% a participação masculina no EIR total, mas ainda serão 10% a menos que as mulheres neste contingente. A camada flutuante, por sua vez, aumenta em 7% na participação feminina, passando para 58% de mulheres, o que indica uma absorção de outras camadas, frequentemente da reserva latente. Em 2010, 40% dos domicílios tinham mulheres complementando ou compartilhando a renda principal, o que alavanca o deslocamento da camada latente pela necessidade de se colocar permanentemente disponível para o mercado de trabalho na insuficiência do salário mínimo ou aumento do custo de vida e consumo. A camada latente cairá, portanto, 7% para o ano de 2010 em relação à 2000. Outra camada que sofre uma expressiva alteração é a estagnada, com 45% de mulheres, quase o dobro do verificado 10 anos atrás. A alternativa de um empreendimento próprio, diante da crise de empregos, assim como a maior participação em renda das mulheres na família, provoca o crescimento desta camada, que concentra um variado leque de serviços no município, desde a fotografia profissional à manufatura de doces artesanais.

A peculiaridade do decréscimo da população ilheense, de 2000 para 2010, não teve efeito direto sobre a composição do exército de reserva no município. Nestes dez anos, a população masculina caiu 19% e a feminina 15%, e ainda assim não foi verificado crescimento das mulheres no exército ativo de trabalhadores. Os diferentes momentos que a economia regional vivem, portanto, embora alterem a dinâmica interna das camadas do exército de reserva com absorção intra-camadas, não contribui efetivamente para a inserção de mulheres no assalariamento (exército ativo) ou efetiva atenuação da superexploração do trabalho doméstico na reserva latente.

Considerações Finais

Situando a superexploração do trabalho como traço fundamental das economias dependentes sujeitas ao intercambio desigual, assentadas exclusivamente na sobrecarga de exploração do trabalhador, ao invés do desenvolvimento de sua capacidade produtiva, e sua estreita relação com o exército de reserva enquanto efeito imediato, se torna possível penetrar as contradições provocadas nas relações da classe trabalhadora mais a fundo. Saffiotti (1978), pensadora que é muito cara ao desenvolvimento da perspectiva de classe e gênero, assim como as reflexões propostas neste trabalho, pondera que a superexploração se restringe às áreas onde permanecem traços da economia escravista, enquanto nos centros urbanos as legislações trabalhistas teriam inibido a apropriação da mais-valia

absoluta. No entanto, as experiências de terceirização e precarização do trabalho nas cidades brasileiras nas últimas décadas acabam por revelar um tipo de dinâmica capitalista que nem mesmo a lei pôde conter.

As características próprias desse campo de trabalho para as mulheres, mais vulneráveis ao subemprego, à intensificação do trabalho, baixos salários, informalidade e longas jornadas com o acréscimo da reprodução, foram percebidas ao longo da análise das fontes e informações quantitativas do EIR no município de Ilhéus, relacionado ao EIR nacional. Embora a leitura das fontes esboce a precarização do trabalho para homens e mulheres, existem dissonâncias marcantes entre os dois grupos, tais como diferença salarial sobre a mesma função, pagamento parcial de direitos trabalhistas para os homens, maior extensão da jornada de trabalho das mulheres, insegurança da permanência do emprego e discriminações sobre gestantes.

O modelo conjugado do capitalismo e patriarcado, para os trabalhadores, sequer beneficia efetivamente os homens. Nem tampouco a maior participação das mulheres no exército de reserva. A presença das trabalhadoras no mercado de trabalho tende a baixar os salários dos trabalhadores, ou seja, é a classe capitalista que a principal beneficiária da competição sexual no mercado. Embora sejam as trabalhadoras que mais sofram por conta da baixa remuneração, todos os trabalhadores do gênero masculino em ocupações sem determinação sexual tendem a ter perda de salário porque as mulheres são discriminadas salarialmente. Portanto, a igualdade sobre o valor do trabalho é um imperativo político tanto para homens como para mulheres nestas sociedades. O município de Ilhéus, embora figure como um recorte desta condição latino-americana, é um exemplo muito claro da divisão sexual do trabalho e do peso que o patriarcado atrelado às necessidades do capital conferem à vida das mulheres trabalhadoras. Embora este trabalho possa inspirar um olhar mais dedicado ao desenvolvimento de políticas públicas para a inclusão produtiva em âmbito de gênero ou mesmo o estímulo ao emprego de mulheres na estrutura formal de trabalho, a própria existência do exército de reserva reafirma a indispensabilidade da perspectiva de classe para o enfrentamento das estruturas de opressão.

É útil pensar a história como uma ferramenta política nesse sentido, porque também permite perceber as nuances de todos esses processos e, sobretudo, entender a configuração desses sistemas como fenômenos históricos, abandonando o estigma de eternos e imutáveis. Nesses fenômenos há forças em disputa, e a historiografia deve fazer o necessário para torná-las visíveis. Entrar em contato com o passado, especificamente com as lutas que ocorreram na transição para o capitalismo e seu assentamento, oferece a oportunidade de ver como este sistema exerce influência ao delinear e segregar as esferas público e privadas. A carga histórica e social que esse movimento deposita sobre as mulheres ainda carece de crítica social e política.

FONTES PRIMÁRIAS

- Acervo do Centro de Documentação e Memória Regional – UESC:

DIÁRIO DA TARDE, janeiro de 1958; março de 1958, janeiro de 1964; janeiro de 1968; julho de 1968;

Seção Processos Trabalhistas. Junta de Conciliação e Julgamento de Ilhéus (5ª região). Processos de 1964 a 1989.

- IBGE – Programa Nacional de Amostras em Domicílio:

Acervo de Unidade Territorial: 2913606. Ilhéus. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=6&unidade=2913606#/S/CD/A/Q>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Marcelo Loyola de. **Nos labirintos da liberdade. Das alforrias na lavoura cacaueteira (Ilhéus-BA, 1810-1850) à discussão historiográfica acerca das manumissões no Brasil do século XIX.** São Paulo, 2014.

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao Capital na Economia Cacaueteira da Bahia.** São Paulo – Salvador: Hucitec, 1984.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; AMARAL, Marisa Silva. **Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes.** Revista de Economia, v. 34, n. especial, p. 163-181, 2008.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong. **Salvador dos operários: uma greve geral de 1919 na Bahia.** Salvador: UFBA, 2001.

ENGELS, Friederich. **As condições da classe trabalhadora na Inglaterra.** 1845. Disponível em: <<http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/02/Trabalhadores-Friedrich-Engels.-A-situa%C3%A7%C3%A3o-da-Classe-Oper%C3%A1ria-em-Inglaterra.pdf>>. Acesso em: 10/05/2016.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Editorial Vitória Ltda, Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1884/origem/>> Acesso em: 15/08/2016.

GRANATO NETO, Nelson Nei; GERMER, Claus Magno. **A evolução recente do mercado de força de trabalho brasileiro sob a perspectiva do conceito de exército industrial de reserva.** Revista Ciências do Trabalho, v. 1, nº 1, 2016. Disponível em: <<http://rct.dieese.org.br/rct/index.php/rct/article/view/24>>. Acesso em: 15/04/2016.

GRANATO NETO, Nelson Nei. **Exército Industrial de Reserva: Conceito e Mensuração.** Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/30106/R%20-%20D%20-%20NELSON%20NEI%20GRANATO%20NETO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15/04/2016.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Precarização e Feminização do Mercado de Trabalho?** Salvador, UFBA, 2008.

- LUCE, Mathias Seibel. **A superexploração da força de trabalho no Brasil**. Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, 2012
- MARINI, Ruy Mauro. **El Experimento Neoliberal en Brasil**. Nueva Sociedad, n. 121, p. 112-123, 1992.
- _____. **Dialéctica da Dependência**. In: TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011b [1973]. P. 131-172
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (24. ed.).
- _____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1964. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/1791199/mod_resource/content/1/Forma%C3%A7%C3%B5es%20Econ%C3%B4micas%20Pr%C3%A9-Capitalistas.pdf> Acesso em: 02/09/2016
- RAGO, Margareth. (2006). **Trabalho Feminino e Sexualidade**. In: Priore, M. Del. História das Mulheres no Brasil. 6. ed. São Paulo: Contexto.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____. **Gênero e Patriarcado**. In: Marcadas a ferro. Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.
- SANTANA, Alessandro Fernandes et al. **Uma breve história econômica de Ilhéus: gênese, apogeu e declínio da lavoura cacaueteira**. GT 1 – Economia Regional e Baiana. Ilhéus, 2014.
- SARDENBERG, Cecília M. B. **Classe, gênero e raça: lidando com diferenças e combatendo desigualdades**. In: Watanabe, C. Corrêa, M.V. e Almeida, R. de (Orgs.). Identidades culturais. Recife: Bagaço: Escola de Formação Sindical da CUT do Nordeste, 2000.
- SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. In: Revista Educação e Realidade, nº 2, vol. 15. Porto Alegre, 2012.
- SOIHET, Rachel. **História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate**. In: AGUIAR, Neuma (Org.). Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Ventos, 1997, p. 95-114.